



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

OS “REPERTÓRIOS DE AUTOGESTÃO” NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA METODOLOGIA PARA ABORDAGEM DO CONFRONTO POLÍTICO COM O ESTADO ATRAVÉS DA INTERDEPENDÊNCIA GERADA PELO PROGRAMA CRÉDITO SOLIDÁRIO

Felipe Drago (PROPUR/UFRGS) - felipedrago@yahoo.com.br

Arquiteto e Urbanista, mestrando PROPUR-UFRGS

Introdução

Durante o processo de redemocratização brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1970, ocorreu um intenso e complexo processo de transformação do tecido associativo da sociedade civil. Este foi um resultado e também o principal fator das especificidades do contexto político institucional do Brasil posterior à ditadura militar, marcado pela entrada em cena dos “novos personagens” (SADER, 1988). Este processo foi marcado pela descentralização dos processos de decisão e pela criação de espaços institucionais abertos à participação e à representação política (MOURA e SILVA, 2008). Durante as décadas de 1980 e 1990, se proliferaram fóruns, comitês, parcerias, entre outras maneiras de participação, que constituem canais abertos de ação política entre movimentos sociais e estado em seus variados setores (SILVA, 2003). Este período marca o reconhecimento institucional de várias formas de ação coletiva, decorrente da abertura do estado à participação das organizações sociais.

O envolvimento das organizações sociais na execução de políticas públicas também não é algo novo, tendo uma presença relativamente longa em determinados setores de políticas como a Assistência Social, por exemplo. Um dos casos mais destacados, na década de 1980, foi o Programa do Ticket do Leite criado pelo governo José Sarney (1985-1989), cuja execução era realizada por organizações sociais conveniadas com o Estado. Os precedentes na área habitacional são espalhados pelo Brasil, não constituindo uma experiência de ordem nacional. Ocorrem diversas experiências fragmentadas no espaço e no tempo que envolvem movimentos sociais ou associações comunitárias por meios municipais e estaduais. As mais significativas aconteceram através das Prefeituras de Cruzeiro, Penápolis, Americana, Bauru, São João da Boa Vista, Campos do Jordão, Angra dos Reis, Lages e Vila Velha. Além destas, também no município de São Paulo: Vila Nova Cachoeirinha, organizada inicialmente por Associação Comunitária e posteriormente apoiada pela COHAB-SP; e Cohapar, no estado do Paraná, entre outros (ABIKO e COELHO, 1994)

A provisão através do Banco Nacional de Habitação (BNH) é uma experiência relativamente mais limitada de envolvimento das organizações na execução de políticas. Criado para atender a população de baixa renda sindicalizada, o BNH acabou contemplando categorias profissionais cooperativadas com fins habitacionais e orientadas pelos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOPs. O precedente é importante por se tratar de uma política pública de abrangência nacional operada através de cooperativas. Porém estas não tinham nenhum poder de decisão ou operação, constituindo apenas uma maneira de acesso. Segundo Abiko e Coelho (1994) em meados de 1970 a experiência do BNH incluiu trabalho por mutirão, acompanhado por outros programas como Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb) e Programa de Erradicação de Subabitações (Promorar). Porém, em decorrência da não abertura a processos decisórios ou

à gestão direta, em todas estas experiências, a principal contribuição social foi a força-de-trabalho para construção gerenciada pelo estado (ABIKO e COELHO, 1994).

A partir da segunda metade da década de 1990, no entanto, inicia-se um processo de incorporação de organizações sociais na elaboração das políticas públicas. A partir desta época, observa-se um progressivo aumento do número de políticas desenhadas e operacionalizadas em parceria ou convênio com tais organizações. No campo habitacional, a experiência mais significativa foi o Funaps comunitário em São Paulo, com antecedentes nos casos uruguaios de ajuda - mútua, os quais o trabalho abordará mais detidamente a seguir como um precedente direto da política pública foco deste artigo. No contexto da criação e execução conjunta de políticas públicas é implementado o Programa Crédito Solidário (PCS), o qual utilizaremos para trazer luz à nossa discussão teórico-metodológica. O PCS é um programa habitacional do Governo Federal que herda a abrangência do BNH e os precedentes organizativos uruguaios e paulistanos construídos com possibilidades de operação pelas organizações sociais.

Em 2004, reivindicações acerca da autogestão na provisão habitacional foram levadas ao recém criado Ministério das Cidades pelos representantes dos movimentos no Conselho das Cidades (ConCidades). Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), União Nacional de Movimentos Populares (UNMP) e Central dos Movimentos Populares (CMP) apresentaram uma proposta de produção habitacional popular através do cooperativismo e associativismo para fortalecer as práticas de autogestão e organização popular. Esta pauta foi assumida, também, pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) que, numa posição externa ao governo, participou da formulação, reformulação e adaptação do Programa à realidade dos movimentos entre 2004 e 2005 (FNRU, 2004a; 2004b; 2005). A força política dos movimentos, somando-se ao trabalho dos técnicos da Secretaria de Habitação no Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, deu origem ao PCS através da resolução Nº 93, de 28 de abril de 2004 do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.

1. Um quadro teórico-metodológico voltado aos processos de inter-relação

Nos trabalhos que tratam da inter-relação entre sociedade civil e estado na provisão habitacional, percebemos uma predominância da abordagem normativo-legal da relação, avaliando e analisando a elaboração ou operação da política e seus resultados. Neste sentido foram realizados alguns estudos sobre o PCS tais como, Pereira (2006) e Quinto (2007), sobre os diferentes resultados da aplicação da política pública em diferenciados aspectos; Bastos (2007), que disserta sobre o processo participativo em arquitetura no sistema autogestionário permitido pelo Programa; e Naime (2009) sobre o processo de interação entre movimentos, agentes governamentais e agente operador no desenho, aplicação e revisão da política.

Ao mesmo tempo, acompanhando as pautas das ciências humanas, a temática dos movimentos sociais teve seu ápice na década de 1980 e depois praticamente desapareceu da pauta acadêmica brasileira e só iria ressurgir em meados da década de 2000. Porém, tanto na década de 1980 quanto atualmente, a preocupação com os resultados do confronto político que emerge envolvendo sociedade civil organizada e estado através da implantação dos programas habitacionais permanecem analiticamente pouco elaboradas pela academia e possuem problemas de ordem teórica ou metodológica.

Começemos pela metodologia. Muitas análises partem de pressupostos normativos no sentido de dizerem “como deve ser” seu objeto (forma de organização e relação com o estado, por exemplo) e, a partir destes pressupostos, avalia a atuação dos atores empíricos (Silva, 2010). Como desdobramento desta normatividade aparece um caráter prescritivo: “alguns analistas tendem a assumir o papel de propositores de formas de organização e atuação dos movimentos sociais a partir de determinados princípios considerados corretos, justos e/ou eficazes” (*idem*. Pág. 03). Um segundo desdobramento desta normatividade é a restrição da abrangência dos estudos às organizações sociais que compartilham determinados princípios político-organizativos adotados ou defendidos pelos pesquisadores (Silva, 2010). Isto revela um problema metodológico da relação do pesquisador com o objeto de estudo, explicado pelo seu engajamento ou alinhamento político com determinadas organizações sociais.

Com relação à teoria, para compreendermos adequadamente como se constitui o confronto sustentado pelos movimentos em torno da questão habitacional, não podemos partir da “naturalização” do associativismo. Não se pode trabalhar a dimensão política destes movimentos como se eles surgissem e fizessem reivindicações a partir do nada, sem considerar que são as oportunidades políticas criadas através do confronto entre estado e sociedade organizada que transformam suas reivindicações em ação. O pressuposto de que os confrontos surgem de privações sofridas pelos indivíduos ou da desorganização de suas sociedades é falho porque estas são condições mais duradouras do que os movimentos que elas favorecem. Pelo contrário, se trabalhamos com o pressuposto de que se criam “ciclos de confronto” que se transformam em revoluções ou fracassam, percebemos que o que varia no tempo e no espaço, junto com estes ciclos, são as oportunidades com que os grupos se deparam, as restrições em sua liberdade de ação e a percepção da ameaça a seus interesses e ações (TARROW, 2009).

Juntamente com os autores da *contentious politics*¹, defendemos que os movimentos encontram oportunidade de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando conseguem aliados influentes e a percepção destes fatos pelos seus integrantes se une com o entendimento do alto custo que teria a inação em determinada situação. Desta forma, Tarrow (2009), têm como um de seus focos centrais a relação entre

os processos organizativos societários e as configurações político-institucionais. Segundo o autor, o estado criou mecanismos mais sutis para manter a ordem do que a polícia e o exército - as políticas públicas. Estas políticas permeiam a sociedade e criam um conjunto padrão de papéis e identidades que formam a base da cidadania moderna. Isto pressupõe que, embora usualmente os movimentos se considerem fora e em oposição às instituições, o agir coletivamente os coloca em redes políticas complexas e, assim, ao alcance do estado.

Tarrow utiliza argumentos construídos historicamente para afirmar que o estado, para assegurar seu poder, em sua origem, atuava por três políticas básicas: guerra, impostos e alimentos. Estas políticas produziram novos canais de comunicação entre estado e sociedade, redes de cidadãos mais organizados, através das quais se reivindicava mudanças. A operação destas políticas se tornou arena para a construção de movimentos e estes, ou o medo deles, moldaram o estado (TARROW, 2009. Pág. 84). Portanto o estado passa a ser alvo do confronto, como centro de tomada de decisão, mas também o mediador do confronto, por representar um ponto de apoio para reivindicações apresentadas contra antagonistas não estatais (*idem*. Pág. 90). Ainda segundo o autor, chegamos à situação histórica em que o confronto político se organiza nas fronteiras das instituições e nunca poderá ser eliminado sem ameaçar a democracia (*ibidem*. Pág. 94).

O ato irreduzível que está no princípio de ação de qualquer movimento social é o confronto. Segundo Tarrow (2009), os movimentos podem ser definidos como *desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada contra elites, opositores e autoridade*. Tais desafios coletivos são processos longos e interativos com a formação do estado, da cidadania e de sua difusão no tempo e no espaço. No Brasil, a principal característica destes atores coletivos é a mudança da concepção de espaço de política: gradativamente iniciaram um processo de deslocamento de atuação dos espaços convencionais de participação, para o dia-a-dia, promovendo a politização do cotidiano. Este deslocamento resulta em novas identidades sociais e campos de luta, em torno de questões como gênero, etnia, etc., articuladas a outras questões estruturantes como habitação, trabalho, entre outras (SADER, 1988; GUATTARI e ROLNIK, 2005). A estrutura social subjacente permite que, nestes movimentos, a organização e a mobilização sejam feitas através das questões práticas que, vez por outra, assumem formas mais esquemáticas e de grande abrangência, que retornam ao ciclo de confronto como momentos de performances públicas (TARROW, 2009).

A maioria dos movimentos desencoraja completamente o “reformismo” e clama por autodeterminação. Porém, a estrutura política que processa as reivindicações - que vão de mudanças sociais básicas e reconhecimento de identidades até derrubada do próprio sistema político - força-as para um cadinho comum, no qual os resultados mais prováveis são ciclos de reforma. Além disto, suas ações tendem a imitar ou “espelhar” as organizações

que combatem (TARROW, 2009). Torna-se evidente que existe um grande grau de ambigüidade nos resultados dos ciclos de confronto levados a cabo pelos movimentos sociais contemporâneos. Isto acontece, em parte, porque, seja qual for o objetivo dos movimentos nacionais, são as oportunidades e restrições políticas que os induzem à ação. À medida que se ampliam as oportunidades e se espalham notícias sobre a suscetibilidade de um sistema político, ativistas - e até pessoas comuns - começam a testar os limites do controle social. O resultado pode ser um ciclo de confronto generalizado que se torna uma revolução ou deságua num ciclo de reformas institucionais.

Identificamos o ciclo em questão neste trabalho iniciando na segunda metade da década de 1970, através dos movimentos populares que cumpriram importante papel na redemocratização do país. O resultado deste ciclo é o reconhecimento das reivindicações pela institucionalidade e a política pública (PCS) formatada através da ação junto ao estado, uma política institucional que fornece elementos de ação sobre uma reivindicação que, por princípio, pretende liberar o movimento da tutela institucional: a autogestão.

Cabe ressaltar que compreender este confronto como “institucionalização” das demandas dos movimentos sociais parte da dicotomia entre sociedade civil e estado: não considera que os movimentos encontram oportunidades de realizar ações de grande repercussão e alcance social a partir desta relação. Em decorrência da mudança do modo de construção e operação da política, surgem formas de organização voltadas para o confronto em menor escala (como os empreendimentos habitacionais autogeridos) e, com elas, a necessidade de auto organizar-se para a gestão dos vários tipos de recursos gerados pela inter-relação direta.

Da mesma forma, identificamos na discussão acerca da autogestão, alguns problemas metodológicos decorrentes desta dicotomia, tratando em termos de cooptação qualquer forma de relação que se desvie do confronto direto. Nos próximos subcapítulos abordaremos a polêmica sobre o conceito de autogestão para, a seguir, fazer seu enquadramento como um *repertório de ação*, constituindo um determinado *repertório de autogestão* socialmente legítimo e *modular*, o que possibilita a utilização de um conjunto de ações que se convencionam chamar autogestão, em muitos espaços e épocas diferentes.

1.1. A autogestão

A autogestão, enquanto forma de ação coletiva, ganha diversos matizes quando toma força de realização: participação na produção, co-gestão de empresas, controle operário, cooperativismo e até livre associação de produtores (Viana, 2007). Em geral, a literatura sobre a autogestão é normativa, isto é, diz como deve ser a autogestão para ser considerada como tal. Serve tanto como guia para ações coletivas, como para sua avaliação, que se torna quase sempre negativa, pois as ações se desenvolvem no interior do capitalismo. Como nas palavras de Nildo Viana:

Em síntese, a participação, o controle operário, a co-gestão e as cooperativas podem existir no interior do modo de produção capitalista e são assimiláveis por ele. O capitalismo envolve todas estas manifestações e as colocam sob sua direção, direta ou indiretamente. Não existem nem podem existir “ilhas de autogestão” cercadas pelo mar do capitalismo. A autogestão só pode existir em locais isolados por um curto período de tempo e em confronto com o conjunto da sociedade capitalista (Estado, mercado, etc.) e desta luta um dos dois vencerá, ocorrendo a destruição da experiência autogestionária ou a generalização da autogestão a nível nacional e posteriormente mundial (Viana, 2007).

Viana, assim como a maioria dos autores marxistas que escrevem sobre a autogestão, tais como Guillerme e Bourdet (GUILLERM e BOURDET, 1976) ou Cláudio Nascimento (NASCIMENTO, 1986; 1988), partem de um pressuposto de que a autogestão deve ser revolucionária. Ela é tanto um meio quanto um fim das ações que visam a experiência completa, o “tudo-ou-nada”. Porém, esta é uma discussão que avança ou recua conceitualmente no tempo e no espaço e conforme a linha teórica de abordagem. As duas linhas clássicas de pensamento sobre a autogestão são a já citada marxista e a anarquista. Esta última é referenciada nos escritos de Proudhon, considerado o “pai da autogestão”. No entanto, como escreveu Tarrow (2009), esta tende a ser uma discussão conceitual que “traz mais calor que luz” à abordagem. O que buscaremos é uma metodologia de análise não normativa, construída a partir da ação dos movimentos na interface com o estado.

Assim, chama-nos atenção o fato de que Proudhon, o “pai da autogestão”, ou mesmo K. Marx, que teorizou a livre associação de produtores como a experiência completa da autogestão numa situação pós-capitalista, jamais utilizaram o termo “autogestão”. A presença ou ausência de um “nome da coisa” pode influenciar no fato de a autogestão ser um *repertório de ação* mais ou menos socialmente compartilhado. Este fato se torna relevante na medida em que nos propomos a analisar o processo de transformação do *repertório de ação* disponível aos movimentos sociais no que diz respeito à prática da autogestão. Para isto, a partir deste momento, procuramos montar um quadro que exprima as transformações das ações que habitualmente se designa como autogestão na nossa época, até se transformarem num *repertório de ação* compartilhado e poder ser utilizado em diversos tempos e lugares distintos por pessoas que sequer se conhecem.

1.2. Repertórios de Ação

A questão da interdependência dos processos associativos se desenvolve em torno de como a estrutura social subjacente e a mobilização potencial são transformadas em ação. Um dos principais meios para transformar tais precondições em ação é empregar *repertórios de ação* socialmente compartilhados. Apresentando formas familiares de ação, os

movimentos logram transformar oportunidades externas em recursos de ação. O *repertório de ação* é a maneira através da qual as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados (TARROW, 2009). Segundo Charles Tilly, quando novos repertórios como greves, comícios, reuniões públicas e similares passaram a prevalecer e substituíram gradativamente os repertórios anteriores, tomaram caráter *cosmopolita, modular e autônomo*:

Eram cosmopolitas ao referir-se com freqüência a interesses e questões que diziam respeito a muitas localidades ou afetavam centros de poder cujas ações afetavam muitas outras. Eram modulares por ser facilmente transferíveis de um local ou circunstância para outros... Eram autônomas por começarem por iniciativas dos próprios reclamantes e estabelecer contato direto entre estes e os centros de poder nacionalmente significativos (TILLY, 1995:46 apud TARROW, 2009).

Concentrando-se em algumas poucas rotinas chave de ação, os repertórios poderiam ser amplamente difundidos: poderiam ser adaptados a um variado número de ambientes e seus elementos combinados em campanhas de ação. Neste novo contexto, as lideranças inventam, adaptam e combinam várias formas de ação para ganhar apoio. Estas formas são herdadas ou raras, habituais ou pouco conhecidas, solitárias ou parte de campanhas conjuntas (TARROW, 2009. Cap. 6). A palavra *repertório* identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha (TARROW, 2009. Pág. 51). O resultado seria possibilitar que grupos espalhados de pessoas que não se conhecem possam agir conjuntamente, aumentando sua capacidade de ação e a viabilidade de existência de movimentos nacionais.

No capítulo 6 de “O poder em movimento”, Tarrow utiliza-se do exemplo histórico do regime nacionalista sérvio de Slobodan Milosevic para ilustrar o que seriam os principais aspectos do confronto “publicamente organizado”. Argumenta que o repertório de confronto oferece três tipos básicos de ação coletiva que podem ser utilizadas simultaneamente: *ruptura* (que qualifica de “criativa”), *violência* (ou “choque violento”) e *convenção* (que também apresenta como a “demonstração pública organizada”).

A “ruptura criativa” é uma forma indireta de ruptura nas formas contemporâneas de confronto, pois tem um papel de realizar concretamente a determinação de um movimento, quando em ação, em termos identitários e de reforço da solidariedade e, ao mesmo tempo, desempenha a função de impedir atividades rotineiras dos opositores, espectadores casuais e autoridades, forçando-os a atender suas reivindicações e ampliando o círculo de confronto (TARROW, 2009. Pág. 128). O autor argumenta que há um paradoxo neste tipo de confronto: por um lado, as formas *disruptivas* (grosso modo, formas que propiciam a ruptura)

espalham incerteza e dão poder a atores fracos contra oponentes poderosos - são as armas mais fortes dos movimentos sociais. Por outro lado, quando se analisa os ciclos modernos de ação coletiva, vê-se que estas formas não são as mais comuns, tão pouco as mais duradouras, e sim as outras duas: *violência* e *convenção*.

A ruptura não precisa necessariamente ameaçar a ordem pública. Movimentos podem levar a cabo rupturas setoriais ou contextuais e, o que poderia ser ruptura para um conjunto de arranjos sociais, pode não significar o mesmo para outro. O repertório em torno da ruptura é instável e geralmente assume formas de violência ou se torna rotinizada e convencional. Isto se explica porque o esforço de sustentar o confronto implica um alto nível de compromisso para manter as autoridades em desequilíbrio e resistir à atração da violência e da convencionalização (*idem*, pág. 130). A violência é a forma mais fácil de ser iniciada, mas geralmente é reduzida a pequenos grupos com poucos “recursos” e dispostos a produzir prejuízos e se exporem à repressão e tendem a durar períodos curtos. A convencionalização do repertório, por outro lado:

...tem a vantagem de criar rotinas que as pessoas entendem e que as elites irão aceitar ou até facilitar. Esta é a fonte de sua predominância numérica no repertório, mas também da sua institucionalização e falta de entusiasmo (TARROW, 2009: 138).

A autogestão tende a se apresentar como um repertório “modular” de “ruptura criativa”, enquadrando-se nos argumentos expostos neste subitem. Os movimentos desenvolvem *repertórios de autogestão*: maneiras particulares de operar a autogestão, transformando repertórios modulares em formas de ação locais.

1.3. Repertórios de autogestão

As principais experiências de autogestão aconteceram em momentos históricos marcados por profundas crises sociais, nos quais as mudanças nas oportunidades e restrições políticas criaram os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de confronto. A primeira grande experiência foi a que culminou na “Comuna de Paris” em 1871, seguida das primeiras três décadas da revolução russa, que repercutiram em uma série de outras experiências, passando pela Hungria, Alemanha e Itália (1919), Espanha (1936), Hungria e Polônia (1956), Argélia (1962) e Polônia (1980), entre outras. Porém, a experiência histórica que deu origem à autogestão no seu sentido contemporâneo aconteceu na Iugoslávia em 1950, quando foram criados sistemas autogestionários em diversas experiências de produção nos mais variados setores da sociedade e do estado no momento em que os operários tomaram as fábricas e tentaram acabar com a divisão social do trabalho (NASCIMENTO, 1986).

Pelo menos duas origens são atribuídas à palavra: a expressão russa “*samupravleni*”, utilizada na Revolução Russa pelos anarquistas, e o vocábulo servo-croata “*samoupravlje*”.

Esta última designava o processo de administração das fábricas pelos trabalhadores na Iugoslávia - processo idealizado e comandado pelo estado iugoslavo antes da divisão do país. A transformação da autogestão em um *repertório de ação* acontece, porém, somente em 1968. A popularização do termo aconteceu na ocasião da efervescência política que resultou no “maio de 68” francês, quando as forças políticas alinhadas com as experiências anteriores traduziram *samoupravlje* por *autogestion* (CORNELIO, 1978).

A autogestão se tornaria, depois desta experiência, um repertório de ação *cosmopolita, modular e autônomo*, propiciando a apropriação do termo pelos diversos setores organizados da sociedade - partidos e grupos políticos, intelectuais, estudantes, mídia, etc. -, praticando uma variada gama de ações diferentes da original em diversos ambientes sócio-políticos e combinando com outros repertórios como comícios, greves, passeatas, etc., em campanhas de ação contra opositores mais poderosos. A autogestão se torna um repertório de ação compartilhado que pressupõe a auto-organização e, como forma de ação, é um repertório que engloba uma gama de repertórios “menores”. Assim se constitui um *repertório de autogestão*, composto por elementos dos quais falaremos a seguir.

A autogestão, como um repertório de “ruptura criativa”, consiste num conjunto de rotinas aprendidas, compartilhadas e executadas através de processos de escolha, que operam na fronteira da convenção e do confronto. Embora os movimentos a tomem como uma forma *disruptiva* de ação coletiva, deve-se lembrar que a autogestão, por ter se tornado um repertório compartilhado, é uma maneira de agir que se desenvolve dentro de maneiras legítimas de convenção social, o que a deixa acessível à possibilidade de institucionalização. Seu objetivo final é a realização concreta da determinação do movimento, cumprindo importante papel em processos identitários e de solidarização, com o objetivo de questionar atividades rotineiras de opositores e ampliar o círculo de confronto.

A autogestão na provisão habitacional é um repertório guarda-chuva, pois pressupõe, pelo menos, dois sub-repertórios que quase sempre estão presentes em alguma medida: *mutirão* e administração direta (da obra e de recursos de vários tipos). Neste trabalho, não tomaremos o cooperativismo como um repertório, mas como uma forma instrumental de organização do processo de construção, já sob influência das políticas públicas, transitada para a convenção sem maiores obstáculos no Brasil, inclusive legalmente (Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971). Tomaremos como uma forma legal pela qual se pode operar diretamente os empreendimentos habitacionais auto-organizados no Programa. Portanto, neste caso, a cooperativa se constitui numa ferramenta legal de apoio à autogestão, já que sua utilização não impede formas contestatórias de ação que se tornaram bem aceitas nos movimentos.

Já entre as formas mais conhecidas de autogestão estão o *mutirão* habitacional, com precedentes históricos bastante localizados em algumas experiências no Brasil. Considerado

paradigmático, o caso do programa de mutirão Funaps Comunitário da gestão Luiza Erundina (1989 a 1992) alinhou temporariamente a experiência brasileira com os casos de “ayuda-mútua” (ajuda-mútua) uruguaios. Segundo Royer (2007), o programa implicou grande apoio da população e suporte institucional ao desenvolvimento dos programas (por exemplo, alimentação e apoio à organização de creches). Pressupostos como a indicação das associações comunitárias pelo movimento de moradia, bem como a seleção das famílias beneficiadas, a contratação de assessorias técnicas escolhidas pelo movimento, a elaboração do projeto arquitetônico em conjunto com a população e a construção de unidades com padrões superiores aos da produção tradicional, delinearam o funcionamento do programa promovido pelo poder público (ROYER, 2007). No caso do Programa Crédito Solidário, o mutirão, apesar de permitido não teve espaço em nenhum dos empreendimentos de que tomamos conhecimento na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, por não prever recursos para a série de atividades de apoio que os mutirantes necessitariam.

Menos lembrado pela bibliografia, mas não menos importante, é a *gestão direta da obra* (ou administração direta), que engloba a administração dos recursos diversos como financeiros, da força de trabalho e do aparato legal em torno da construção, assim como a aquisição de materiais de construção e ferramentas de trabalho e gerenciamento do canteiro. Este ponto integrará nosso problema de pesquisa. Na RMPA, a utilização da gestão direta da obra e da forma legal da cooperativa foi maciça, embora fossem permitidas aos movimentos, associações comunitárias, sindicatos, etc., as mesmas condições de acesso ao Programa que as cooperativas.

1.4. A mudança nos repertórios de ação

As formas de confronto que começam de forma *disruptiva* (ruptura) podem se tornar *modulares* e, por fim, convencionais, podendo transformar os insurgentes em um grupo de interesse. Para isto, tais formas passam a envolver a coordenação tácita das expectativas dos participantes da ação e a atrair grande número de pessoas, por exigirem pouco compromisso e envolverem baixo risco. Tarrow defende que as “demonstrações públicas” têm sua forma herdada de procissões religiosas, com diferenças que passam pela mudança de objetivos da manifestação para atacar oponentes ou para entregar reivindicações. Por exemplo, a demonstração pacífica em locais públicos é a forma típica pela qual se tornaram conhecidos os movimentos franceses na nova república, elas...

...podiam se espalhar de um lugar para outro rapidamente e unir muitos atores sociais. Podiam ser usadas em benefício de uma reivindicação, contra um oponente, para expressar a existência de um grupo ou sua solidariedade a outro grupo, para celebrar a vitória ou lamentar a morte de um líder. As demonstrações tornaram-se a forma modular clássica de ação coletiva. (...). Os estados constitucionais passaram a aceitar as demonstrações como uma

prática normal e até mesmo vantajosa, indicado pelo fato de os participantes receberem proteção policial e até mesmo orientação (TARROW, 2009: 133).

Estas demonstrações assumem uma forma que o autor chama de *performance pública ritualizada* (TARROW, 2009: 125). Entendemos a *performance pública* como o modo de atuação dos movimentos, ou seu comportamento, que possui uma dimensão de desempenho. Este desempenho público é guiado pela execução, até certo ponto premeditada, de um empreendimento ou atividade que exige competência ou eficiência e que tem um objetivo ou função previamente elaborada. A ritualização desta *performance* nos dá pistas sobre o conjunto de práticas consagradas pelo uso e/ou por normas que se deve observar de forma invariável em ocasiões determinadas e, ao mesmo tempo, tem caráter simbólico que segue preceitos estabelecidos na própria ação coletiva.

A mudança nos *repertórios de ação* traz certa flexibilidade que permite a combinação das reivindicações e a participação de amplas coalizões de atores em campanhas conjuntas de ação coletiva. Isto torna o movimento social moderno um “fenômeno multiforme” que atua em protestos que atacam desde física e simbolicamente o sistema dominante até movimentos que estão no âmbito da política convencional. Existem, segundo Tarrow, quatro categorias principais de mudanças de repertórios: a *institucionalização de formas disruptivas de confronto*, a *inovação marginal nas formas herdadas*, a *interação tática com outros atores* e a *mudança de paradigma* (TARROW, 2009. Pág. 133).

Ocorre a *institucionalização de formas disruptivas de confronto* no momento em que diminui o entusiasmo do confronto e os objetivos iniciais se deslocam. Os movimentos “institucionalizam” suas táticas e tentam obter benefícios concretos para seus apoiadores através da negociação e acordo (TARROW, 2009. Pág. 134). No que diz respeito à institucionalização da autogestão, o acesso ao Programa pode ter muitos desdobramentos. As formas de confronto podem ser institucionalizadas na medida em que as autoridades aprendem a tolerá-las e facilitá-las e os líderes passam do confronto à cooperação. O resultado do ciclo de confronto abre possibilidades de obter ganhos materiais e políticos concretos que transformam as formas de confronto. O processo cristaliza o confronto em convenção, e as ações se desenvolvem dentro de uma forma conhecida e esperada de repertório, dando possibilidade de maior participação às pessoas externas e menos comprometidas com qualquer forma de ruptura. No caso dos movimentos como CONAM, CMP, MNLM e UNMP, este é o processo que permite que possam se formar *núcleos de operação* do PCS, que ficam responsáveis pela autogestão, enquanto os beneficiários do empreendimento não necessariamente precisam participar desta estrutura, como veremos.

As formas institucionalizadas podem sofrer acréscimos pela inovação. Estas inovações em termos de operação, parcerias, etc., podem ser *transbordadas* para dentro dos movimentos modificando repertórios ou simplesmente animando alguma forma convencional

de ação coletiva. No caso da modificação do repertório, a autogestão tem uma modificação no que diz respeito ao que, na realidade, é possível ser considerado autogestão se comparado com o que foi reivindicado pelos movimentos originalmente. Já no caso da animação de uma forma convencional, seria a própria autoconstrução que estaria sofrendo este processo, como se pode perceber na discussão de Oliveira (2006) com o coletivo da Usina e Sérgio Ferro (2006).

Estas inovações de repertório resultaram numa interação tática entre movimentos sociais e estado. Cada vez que os líderes dos movimentos se aproximam de uma crise de participação ou cresce a oposição, o patamar de ação coletiva sobe de nível, usando instrumentos de forma seletiva e criativa para superar os oponentes e aumentar a participação (TARROW, 2009. Pág. 135). Em nível nacional, estes resultados podem ser analisados na construção e revisão conjunta do PCS e na atuação dos aliados dos movimentos, como universidade, institutos de pesquisa, partidos, ONGs, etc. Localmente, uma gama de possibilidades foi aberta, tal como a relação com o agente financeiro (CEF), com os estados e municípios, que aportam complementação de recursos e com outros movimentos e grupos políticos que interferiram na operação ou se tornaram “opponentes” à concretização. Esta interação sobe o nível de ação coletiva e faz as lideranças escolherem, entre seu repertório de ação, instrumentos para superar os oponentes e aumentar a participação no processo.

Já a mudança de paradigma da ação é muito rara e demora muito tempo para acontecer, pois é necessário basear a ação coletiva em expectativas culturais. Quando uma nova forma é descoberta, sua adequação a uma situação torna-se imediatamente óbvia, é amplamente adotada, espalha-se rapidamente e dá impressão de ser uma inovação dramática (TARROW, 2009. Pág. 136).

Assim, partimos do argumento de que a autogestão, para ser compartilhada pelos movimentos sociais, foi transformada numa série de rotinas chave de ruptura criativa. Ao mesmo tempo, no contexto do PCS, para ser aceita pela institucionalidade, foi convencionalizada como um repertório de ação socialmente aceitável pelas elites. Os atores desta transformação foram, além das autoridades, os próprios movimentos sociais, que construíram tal processo no diálogo com o poder público. Portanto as transformações que sofreu o *repertório de autogestão* dos movimentos sociais foram construídas no contexto da interdependência entre eles e o estado, no qual fizeram concessões conscientes e impuseram modos de ação que retornaram para eles próprios como possibilidades de ação e autogestão.

2. A principal contribuição da teoria: a mudança dos repertórios de autogestão

O objetivo deste trabalho é construir um problema teórico-metodológico específico dentro da *contentious politics* em torno da mudança de *repertório de ação* dos movimentos

sociais, propiciado pela interação entre estes e a política de provisão habitacional. Buscamos demonstrar a necessidade de identificar e compreender se estão ocorrendo mudanças nos *repertórios de autogestão* dos movimentos (CONAM, UNMP, CMP, MNLM), influenciadas pelos resultados de um ciclo de confronto, tomando a política pública do PCS como um resultado do ciclo. O do estudo são os movimentos sociais nacionais que, por um lado, ajudaram a constituir e revisar a política e, por outro, acessaram o Programa na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA.

Regionalmente, uma hipótese relevante é que a implantação da política instituiu determinado *repertório de autogestão* que, predominantemente, legitimou a *gestão direta da obra* através do cooperativismo como seu repertório de ação. Assim, como pergunta orientadora teríamos: *A instituição da gestão direta nos núcleos de operação que realizaram empreendimentos na RMPA através do PCS alterou regionalmente o repertório de autogestão dos movimentos sociais nacionais?*

Como ferramenta teórica para responder a esta pergunta podemos utilizar a noção de mudança no *repertório de autogestão*, conceito criado pelo autor do artigo para abordar a autogestão como um dos principais conjuntos de *repertórios de ação* socialmente legítimos no interior dos movimentos. Como um destes repertórios temos a *gestão direta* da obra. Este tipo de gestão retira intermediários do processo e desloca a responsabilidade do resultado final para as “entidades” proponentes do empreendimento. Estas entidades criam *núcleos de operação* para realizar a gestão: apenas algumas pessoas são selecionadas pelas lideranças e/ou se legitimam para ficarem responsáveis pelos processos que envolvem a concretização dos empreendimentos, embora a entidade seja a responsável como um todo diante do poder público. Assim, se cria uma estrutura de responsabilidades operatórias que, dependendo do desenho, terá resultados na estruturação do próprio movimento e na formação e transformação de seu *repertório*.

A questão teórica gira em torno de compreender se a *gestão direta da obra* modifica o *repertório de autogestão* já existente no interior dos movimentos sociais. Uma dificuldade desta abordagem se coloca na medida em que nos propomos a entender se o aprendizado acerca da *gestão direta* (ou da própria operação da política) nos empreendimentos “retornou” e modificou o *repertório de ação* dos movimentos. Para haver uma mudança, supostamente, antes da implantação da política, existiria um repertório de gestão nas mesmas condições ou estrutura que as postas pelo Programa, que seria similar e diferenciável da situação atual. Neste caso teríamos de partir de um pressuposto para o estudo: compreender como ou em que termos a *gestão direta da obra* já fazia parte do *repertório de ação* dos movimentos nacionais antes da operação da política pública.

Partimos de um dado significativo para compreender esta questão: nenhuma política anterior permitia a gestão da obra e da burocracia de acesso ao crédito por movimentos com

a abrangência do PCS. Os *núcleos operativos* da política, portanto, não poderiam existir no contexto que o estudo se propõe a analisar e, assim, não poderia haver fluxo de aprendizado entre *núcleos operativos* e movimentos nacionais, tão pouco a eleição da *gestão direta* através da cooperativa como forma predominante de viabilização. Esta conclusão é possível simplesmente porque a possibilidade com que trabalhamos não havia sido colocada. Portanto, neste trabalho, compreendemos que este tipo de operação não fazia parte do repertório de ação dos movimentos brasileiros. As possíveis perguntas se colocam somente na medida da interação com a nova política, numa situação específica.

Partimos, portanto, do entendimento de que, no momento de implantação da política, o repertório dos movimentos para operar de forma descentralizada em escala nacional, como foi posta, teve de ser criado. A apreensão dos modos de aplicação da política e as inovações marginais feitas pelos *núcleos operativos* têm uma grande possibilidade de haver *transbordado* para o interior dos movimentos como novos *repertórios de ação*, tanto através de espaços de discussão como de operação das ações. A política implantou “elementos estranhos” no interior dos movimentos nacionais: modos de organização que pressupunham um aprendizado operativo em busca de resultados concretos através de tramites burocráticos e gerenciamento de recursos de variados tipos, estipulando prazos e procedimentos de acesso ao financiamento, assim como valores e tamanho das habitações, entre outros.

2.1. Os problemas levantados pela *contentious politics*

A análise das mudanças nos *repertórios de ação* necessita uma compreensão sobre um tipo de fluxo de aprendizagem que o autor deste artigo chamou *transbordamento*. O *transbordamento* ocorre dos *núcleos de operação* (que podem ser *orgânicos*, *instrumentais* ou *externos em rede*, como desenvolveremos adiante) em direção aos movimentos sociaisⁱⁱ. A política não previa tal fluxo, mas a estrutura de operação o propicia. A criação e utilização desta ferramenta parte do pressuposto teórico do processo de transformação da forma *modular*, a autogestão, em convenção ou ruptura. Tendo a *gestão direta da obra* como subitem de análise da autogestão, podemos analisar a transformação desta forma *modular* em *disruptiva* ou convencional, como indica o fluxo sugerido por Tarrow (2009):

Formas *disruptivas* < formas *modulares* > convenção

Tarrow (2009) elabora o já mencionado “roteiro de mudanças de repertório de ação” através das quatro categorias principais. Para chegarmos à aplicação deste roteiro, criamos dois conjuntos de questões específicas. O primeiro diz respeito a como se organizaram os *núcleos operativos* com os movimentos de origem. Um primeiro tipo de resposta, relativo ao modo de organização entre núcleos de operação e movimentos, seria quando os *núcleos de operação* são orgânicos ao movimento. Esta relação, supostamente, criaria grandes

possibilidades de *transbordamento*. Grosso modo, o estabelecimento deste tipo de relação, por si, poderia indicar que os movimentos estão modificando seu *repertório de gestão* interno para agirem em resposta à política, pois seus militantes, organicamente integrados, estão sendo solicitados internamente aos movimentos a dar respostas concretas.

Caso o *núcleo operativo* seja apenas uma ferramenta administrativa descolada do contexto sócio-político dos movimentos, mas tendo-os como entidade proponente, temos outro tipo de resposta, mais instrumental. Talvez seja o tipo de resposta com menor possibilidade de *transbordamento*. Esta conexão pode indicar que as possibilidades de gestão através da política não corresponderam à expectativa de mudança social dos movimentos e que resolveram o dilema separando a operação do movimento. Neste caso, por não ser *orgânico* nem estar em rede, o fluxo do *núcleo operativo* seria prejudicado pela debilidade da conexão com o movimento e as pressões por resultados seriam menores dentro do movimento. Da mesma forma, os resultados do ciclo de confronto teriam menos influência nos movimentos de origem, exceto através de relações pessoais dos ativistas.

No caso de pessoas que fazem parte de movimentos organizarem *núcleos operativos* e utilizaram a figura jurídica da cooperativa, fora dos movimentos e com pessoas de diversas procedências, temos um terceiro tipo de resposta: externa em rede. Este não gera recursos diretos para os próprios movimentos, mas sim para uma rede associativa menos identificada que compartilha certo *repertório de autogestão*: a influência nos movimentos seria indireta. A intensidade desta influência, apesar de indireta, poderia ser a maior dos três casos, pois uma rede tem compromissos de resposta que extrapolam os interesses de um único movimento. Por outro lado, a operação poderia gerar um processo de identificação mais debilitado, em diversos graus, possibilitando o surgimento de empreendimentos novos e até mesmo de movimentos locais, causando baixas de militantes nos movimentos de origem.

O segundo conjunto de questões parte da percepção de que o *repertório de autogestão* do movimento para operar a política da forma como foi posta, teve de ser aprendido e, marginalmente, criado e “re-institucionalizado”. Como uma condição para esta análise, precisamos compreender como os *núcleos de operação* foram criados e desenvolveram seu *repertório de autogestão*.

Assim, o primeiro ponto é sobre as reconfigurações internas aos movimentos decorrentes da necessidade de operação da política, tais como o deslocamento de pessoas de funções políticas para funções administrativas e a valorização de perfis de militância mais operativos. Existem indicativos de que, por um lado, foram valorizados perfis menos políticos e mais operativos – até, em alguns casos, pessoas de fora dos movimentos – para administrarem as obras e a burocracia, minimizando problemas de operação. Por outro, foram deslocadas para a operação, principalmente pessoas que tinham cargos políticos ou empregos estáveis e participavam de espaços políticos compartilhados entre movimentos. O

primeiro ponto tem desdobramentos como reconfigurações ou migrações de pessoas entre grupos políticos ou a ruptura destes com os movimentos.

O segundo ponto é sobre o perfil e a proveniência dos beneficiários da operação (se são, predominantemente, internas ou externas ao movimento), para compreender a quem atendeu. As exigências feitas pelo agente financeiro (CEF) para garantir o retorno do investimento e minimizar a inadimplência pode ter influenciado em quem foram os principais atingidos pela política. Os indicativos são de que, além dos militantes, pessoas que compartilhavam alguns espaços políticos com os movimentos ou que faziam parte de redes sociais ou laborais dos militantes acabaram sendo beneficiadas diretamente com a provisão habitacional. O ponto principal é entender os critérios para o ingresso de pessoas no empreendimento elaborados pelos *núcleos de operação da obra* e/ou movimentos.

Nosso terceiro ponto é compreender se os espaços institucionais e os criados pelos grupos de *operação da obra* e/ou pelos movimentos facilitaram o aprendizado e a troca de experiências dos *núcleos operativos*. Os grupos operativos da RMPA participaram e influenciaram a política através de discussão e compartilhamento de experiências em espaços institucionais como o “Espaço Solidário” na CEF, no qual os *núcleos de operação* encontravam os agentes da institucionalidade para esclarecer dúvidas e se apropriar de procedimentos legais e operativos do Programa. Outro exemplo de espaço que foi o “Seminário Programa Crédito Solidário” organizado pela Guayí, uma OSCIP porto-alegrense em 23 e 24 de julho de 2008.

Por fim, unindo as duas questões anteriores, de caráter descritivo-analítico, podemos elaborar uma síntese analítica, na qual a ferramenta transversal de análise, a *mudança de repertório de ação*, tomará uma dimensão regional através dos casos estudados. Buscamos, de forma ampliada, elucidar sobre as condições que teriam proporcionado o *transbordamento* de questões operativas locais para discussões em maior escala sobre autogestão e, por conseguinte, elucidar quais foram as mudanças no *repertório de autogestão* dos movimentos sociais nacionais na RMPA. O resultado desta análise é compreender como a necessidade de eficiência na operação da política pública legitimou a *gestão direta da obra* através do cooperativismo na RMPA e instituiu determinado *repertório de autogestão* no interior dos movimentos.

3. Conclusão

Existe, portanto, um equilíbrio delicado entre organização e descentralização para intervir publicamente nos movimentos. Ao buscar compreender a influência da política pública nos movimentos nacionais como MNLM, CMP e CONAM, buscamos o “caminho de volta” desta ação pública que, se oferece organização em demasia, pode se “institucionalizar”, e se oferece pouca, corre o risco de se dispersar sob a égide da descentralização. Compreendemos que a escolha desta abordagem teórico-metodológica

tem papel de compreender como ocorre tal dinâmica de interação, através do processo gerado pelos próprios movimentos sociais, no caso específico da inter-relação construída sobre o PCS.

Resumidamente, a proposta metodológica consiste em sistematizar as formas predominantes do desenvolvimento de *repertório de autogestão* e de modos de organização dos *núcleos operativos*, da maneira que expusemos. Depois, através de uma análise destas formas, buscar apreender o fluxo da mudança com a função de identificar os *transbordamentos*, isto é, quais questões operativas se tornaram relevantes para a operação da política a ponto de passarem a integrar o *repertório de autogestão* dos movimentos sociais. Estas formas poderão ser selecionadas por recorrência ou relevância em algum aspecto de gestão, mas o fundamental é que tenham certo poder de generalização por serem entendidas sistematicamente umas em relação às outras em nível regional.

6. BIBLIOGRAFIA

ABIKO, Alex K. e COELHO, Leandro. Procedimentos de gestão de mutirão habitacional para população de baixa renda. In: **Procedimentos de Gestão Habitacional para População de Baixa Renda**. Coletânea HABITARE, 1994, vol. 5. Pág. 12-43.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CASTRO, C. M. P. **A explosão do autofinanciamento na produção da moradia em São Paulo nos anos 90**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

CORNELIO, L. **Introducción a la autogestión**. Caracas: El Cid Editor, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986 (2ª edição).

FERRO, Sérgio. **Nota sobre "O vício da virtude"**. Novos estudos. CEBRAP nº 76. São Paulo. Novembro de 2006.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. Carta enviada ao Secretário Nacional de Habitação, Jorge Hereda, sobre o Programa Crédito Solidário. Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2004a.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. Boletim Especial do FNRU sobre o Programa Crédito Solidário. Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2004b.

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. *E o Programa Crédito Solidário, como fica?* Boletim Especial. Rio de Janeiro, novembro de 2005.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 7ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2005.

- GUILLERM, Alain & BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma visão radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LANNOY, Camilo Pablo de. **O descompasso das políticas públicas para a solução do déficit habitacional**. Dissertação de mestrado na área de tecnologia no Programa de Pós-graduação da FAU - UnB. 2006.
- MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA, Marcelo Kunrath. **Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 43-54, ago. 2008.
- NAIME, Jéssica. **Os interesses em torno da Política de Habitação Social no Brasil: a autogestão no Programa Crédito Solidário**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2009. Dissertação de Mestrado - Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2009.
- NASCIMENTO, Cláudio. **A questão do socialismo: da comuna de Paris à comuna de Gdansk**. Rio de Janeiro: CEDAC, 1986.
- _____. **Rosa Luxemburgo e Solidarnosc: Autonomia Operária e Autogestão Socialista**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco. **O vício da virtude**. Novos estudos. CEBRAP nº 74. São Paulo. Março de 2006.
- PEREIRA, Olívia de Campos Maia. **O Crédito Solidário como Política Pública para Habitação Popular: Mudanças no Cenário?** Dissertação de Mestrado. PUC Campinas, 2006.
- PEREIRA, Olívia de Campos Maia. **A Problemática Urbana em Debate. O Crédito Solidário como Política Pública para Habitação**. Artigo ENANPUR.
- QUINTO, Sandra Cristina B. S. **O Programa Crédito Solidário: produção de moradia popular em autogestão**. 2007. 98 f. Monografia (Especialização em Gestão Urbana e Desenvolvimento Municipal) - Centro Integrado de Ordenamento Territorial da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- ROYER, Luciana de Oliveira. Mutirões desenvolvidos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) no município de São Paulo. In: **Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Organizador Adauto Lucio Cardoso. — Porto Alegre: ANTAC, 2007. — (Coleção Habitare)
- SILVA, Marcelo Kunrath. **De volta aos movimentos sociais? – Reflexões a partir da literatura brasileira recente**. Ciências Sociais Unisinos, v. 46, p. 2-9, 2010.
- _____. A expansão do orçamento participativo na Região Metropolitana de Porto Alegre. In : AVRITZER, L. & NAVARRO, Z. (orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. O orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: VOZES, 2009.

VIANA, Nildo. **Democracia e Autogestão**. *Achegas - Revista de Ciência Política*, n° 37, 2007.

ⁱ Não há “uma” definição acerca da *contentious politics*. Para este trabalho, nos ateremos no fato de a teoria considerar que os confrontos resultam do *fluxo e refluxo da luta política*. Surgem como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. Usando repertórios conhecidos de ação, agem de forma *contenciosa* e podem criar ciclos de confronto que se transformam em revoluções ou fracassam.

ⁱⁱ O fluxo inverso também acontece, porém este seria um problema diferente do proposto.